

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Corrupção e (In)segurança

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Journal
Authors	Transparency International
Publisher	Transparency International
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-06-12 13:04:45
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/177585

Sumário

1. A crescente agenda de segurança
2. Desvendando a rede de riscos de corrupção
3. A compreensão dos efeitos da corrupção para a segurança
4. Superando os desafios



Corrupção e (In)segurança

O risco de uma invasão estrangeira não é mais a única preocupação que domina a agenda de segurança dos países. A lista de perigos inclui a ameaça representada por atores não governamentais e grupos de terroristas, assim como mais amplos riscos sociais, econômicos e ambientais. Essas pressões, internas ou externas, representam o berço para a violência e corrupção, colocando em risco a segurança do estado e desestabilizando o sistema global.

Para que as políticas de segurança sejam eficientes, os estados precisam saber como a corrupção gera e aumenta esses riscos, e reagir a estes desafios. Em alguns países e algumas regiões a corrupção *facilita* a insegurança. Os lucros ilegais provenientes do tráfico de armas podem ser usados como propina para facilitar a travessia de fronteiras e realizar campanhas violentas contra os Estados. Em outros casos, a corrupção é a *origem* para quebras de segurança. O próprio governo pode se tornar uma fonte de insegurança na medida em que usa a corrupção para se manter no poder, servindo para provocar a desordem política, social e econômica e incentivar conflitos.

Redefinindo a segurança no século XXI

O conceito de 'segurança' muitas vezes se refere à proteção de um país ou grupo de países — incluindo os seus habitantes, território e propriedade — das ameaças e dos riscos externos, riscos estes que podem ser de natureza militar ou não militar e surgir de diferentes atores e setores.³

Baseado neste ponto de vista mais refinado, respostas de segurança adequadas incluem tanto ações e políticas preventivas como defensivas. As autoridades policiais, militares e civis do país são responsáveis por esse trabalho.

Está surgindo, todavia, um conceito mais amplo de segurança, que analisa as diversas variáveis interdependentes envolvidas. Isso mostra que estamos nos afastando do ponto de vista, de que o armamento seria a solução central e que a fonte da insegurança e dos conflitos está meramente entre os estados.

É notório que fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e ambientais também podem provocar riscos de segurança extensos e graves que exigem prevenção, mitigação e respostas por parte dos Estados.⁴

Tanto os teorias contra a corrupção como as políticas de segurança deverão considerar estas interdependências e olhar o contexto mais amplo que criou uma rede de riscos de segurança — dentro e fora das fronteiras do país.


1. A crescente agenda de segurança

Os conceitos militares tradicionais sobre a segurança do Estado abriram espaço para incluir um leque mais amplo de ameaças a cidadãos e comunidades (veja as caixas de texto). Comércio de contrabando, fluxos descontrolados de migração e refugiados, violência praticada pelo próprio governo, fraudes nas eleições, pandemias e degradação ambiental — todos esses subprodutos da corrupção fazem parte da crescente lista de questões atuais de segurança.

Quando os riscos de corrupção e segurança são concomitantes, a mistura pode comprometer a segurança de milhões em benefício de poucos. Uma ação corrupta pode desencadear uma série de ocorrências que comprometem a segurança, colocando em risco a estabilidade. Subornos e propinas podem ser usados para ajudar terroristas a atravessar as fronteiras e alcançar os seus objetivos, como já foi amplamente documentado em países como a Quênia e a Rússia, Marrocos e Tailândia. Redes criminosas muitas vezes fazem uso de pagamentos de indenização para produzir bens de contrabando que financiam as suas atividades anti-governamentais, como já ocorreu em grupos armados na Armênia, Azerbaijão e Geórgia.¹ Receitas públicas geradas a partir de recursos naturais podem ser desviadas por políticos e usadas para financiar armamentos para as forças governamentais e manter o *status quo* dos governos, como ocorreu no Sudão e Chade. Como cada um desses casos demonstra, diferentes tipos de corrupção têm impactos diferentes que colocam em risco amplos sistemas de segurança dos países.

2. Desvendando a rede de riscos de corrupção

No âmbito dessa estrutura, a corrupção pode tanto propiciar como causar riscos de segurança globais, regionais e nacionais. Estudos comprovam que não é coincidência de que o reduzido senso de responsabilidade, pouca transparência, aumento da corrupção e maior insegurança ocorrem simultaneamente em vários países.² A corrupção reúne diferentes atores em diferentes níveis que corroem os pilares — político, militar, social, econômico e ambiental — que sustentam a segurança:

 **Político:** A 'compra' de candidatos políticos, do judiciário e das forças políticas locais. Esse dinheiro pode ser proveniente do tráfico de drogas,

de empresários ou elites políticas de grande poder e usado para influenciar decisões relacionadas à segurança.

- 🌐 **Militar:** Processos de aquisição inexplicáveis e questionáveis realizados por ministérios ou contratantes particulares.
- 🌐 **Social:** O uso de suborno e poder por grupos de crime organizado para facilitar a operação, por exemplo, do tráfico humano e de armas de pequeno porte (veja a caixa na página 3).
- 🌐 **Econômico:** O uso de verbas públicas geradas pela riqueza dos recursos naturais para financiar grupos paramilitares ou insurgentes.
- 🌐 **Ambiental:** O pagamento de subornos pelos governos e sociedades para depositar resíduos e materiais de risco em comunidades marginalizadas.

No combate destes riscos de segurança, os governos podem ser tanto uma parte do problema como a sua solução. No caso de países como a China, o Chile, a Alemanha e a Jordânia, os esforços do governo para combater a corrupção estão voltados a uma ou mais dimensões que afetam os riscos da segurança do Estado. Em outras instâncias, os governos fizeram uso sistemático da corrupção para alimentar conflagrações nacionais, regionais e globais à custa da segurança dos cidadãos. O Chade (1,6), a República Democrática do Congo (1,7), Mianmar (1,3) e o Sudão (1,6) figuram entre os países com a menor percepção de corrupção, classificados nos 5% inferiores do Índice de Percepção de Corrupção (CPI) elaborado pela TI em 2008. Os governos desses países também são, em geral, os mais frequentemente citados com o maior índice de violência contra a própria população.

Ao mesmo tempo, a corrupção e a insegurança podem ser geradas em estados relativamente estáveis e bem administrados sempre que houver quebras de responsabilidade, transparência e integridade. Escândalos recentes nos EUA e no RU sobre as obscuras práticas da indústria de defesa nos lembram, até que ponto pode chegar a corrupção. Em particular as negociações dos EUA no Iraque estavam constantemente em foco após uma série de contratos militares obscuros ou contratos de petróleo terem sido descobertos, o que desacreditou as políticas governamentais dos EUA e do Iraque.⁵ Um estudo do Inspetor Geral sobre a reconstrução do Iraque mostrou a má administração do governo provisório (CPA) em contratos no valor de US\$ 88,1 milhões, superfaturados em no mínimo 11 projetos e acarretando no desaparecimento de US\$ 36 milhões em armas. Atores particulares e públicos em ambos os lados estavam envolvidos no abuso. De acordo com o Barômetro de Corrupção Global da TI de 2007, o cinismo dos cidadãos americanos de que o seu governo teria a capacidade de lutar contra estes e outros tipos de corrupção posicionam os EUA dentre os últimos 20% dos países em relação aos seus esforços em combater o abuso — entre países como a Argentina, a Albânia e a Rússia.⁶

Colocando os cidadãos no foco de um paradigma de segurança

Ao invés de olhar somente como os estados se defendem contra ataques externos a 'segurança humana' nasceu como uma visão alternativa. Essa concepção foca em como proteger indivíduos e comunidades de uma escala mais ampla de ameaças como guerras civis, genocídio e o deslocamento de populações.

Os esforços concentram-se em identificar e responder às fontes do problema que estão colocando em risco as vidas e subsistência de indivíduos, comunidades e países.

Soluções políticas incluem desenvolvimento econômico, justiça social, proteção ambiental, democratização, reforma judicial, desarmamento e o respeito pelos direitos humanos.⁷

O crime organizado: Um risco transnacional

Uma série de recentes pesquisas públicas nos estados membros da União Européia (EU) revelaram que o crime organizado e os seus vínculos com a corrupção têm uma posição de destaque entre as preocupações dos cidadãos.

Uma pesquisa do *Eurobarômetro* (2007) da população nestes países mostrou que o crime organizado e o terrorismo são as principais questões a serem resolvidas com os estados vizinhos (61 por cento dos questionados). Para os estados membros da UE a questão ainda foi classificada como a terceira questão mais importante na agenda política (23 por cento), depois da justiça social (43 por cento) e a paz e segurança (27 por cento).

Esses resultados correspondem a levantamentos anteriores do *Eurobarômetro* (2005) de que mais da metade dos cidadãos da UE (54 por cento) consideram a corrupção como a força motriz do crime organizado em seus países.⁸

Por exemplo, grupos criminosos organizados na UE — especialmente da Albânia, Romênia e Turquia — estão ligados a redes de tráfico humano que muitas vezes subornam oficiais nas fronteiras e usam redes de pessoas para transportar suas vítimas de um país para o outro.

3. A compreensão dos efeitos da corrupção para a segurança

As agendas de segurança dos países — incluindo as preocupações mais tradicionais relacionadas às fronteiras e à defesa — foram inesperadamente desvinculadas do discurso anticorrupção. Portanto, as políticas realizadas sob a doutrina de segurança de um país podem apresentar resultados extremamente desfigurados se a corrupção entrar no balanço.

A corrupção pode *propiciar* e também *causar* um aumento nos riscos de segurança para os países e cidadãos, vinculando preocupações políticas, militares, sociais, econômicas e ambientais. Em ambos os casos, o aumento da insegurança pode aumentar a corrupção, gerando um círculo vicioso. Os governos podem aproveitar a maior sensação de ‘insegurança’ (tanto real como percebida) alegando ‘segurança nacional’ para dissimular abusos e reter informações — ações estas que, por sua vez, podem contribuir para maiores ameaças à segurança. Essa falta de transparência que ocorre nos tradicionais financiamentos da segurança cresce rapidamente. Nos últimos 10 anos, as despesas militares no mundo inteiro aumentaram em 37 por cento, sendo que mais da metade de todas as despesas atuais recaem sobre os EUA.⁹

A corrupção pode *facilitar* a insegurança através de diferentes canais e atores. Pode:

- *Propiciar a violência.* O suborno tem facilitado o contrabando de arsenais nucleares e armas dos países (frequentemente de países em transição ou países frágeis). Muitas das antigas repúblicas soviéticas (por exemplo, Bielorrússia, Geórgia e Tajiquistão), assim como outros países como o Paquistão lideram a lista de nações que enviam esses materiais mortais para o exterior.¹⁰ O suborno nos controles de segurança também foi usado para oferecer uma passagem segura aos terroristas que cruzam as fronteiras para cometer atentados. Por exemplo, investigadores na Rússia descobriram que um atentado a um avião comercial pôde ser realizado por rebeldes Chechenos em 2004 devido a uma propina de menos de US\$ 180 que foi paga para autorizar seu embarque sem identificação adequada.
- *Redução de recursos dos governos para setores chave.* Quando a corrupção lança a sua sombra nas tomadas de decisões, os recursos já limitados para garantir o mais amplo escopo de riscos de segurança são reduzidos, gastos de forma inadequada ou desviados para uso pessoal. Por exemplo, estudos confirmaram que a corrupção está associada à priorização do financiamento da defesa nos gastos públicos em detrimento dos serviços básicos, conforme avaliado no percentual dos rendimentos nacionais dedicados a cada um.¹¹
- *Redução da responsabilidade do governo.* Privilégios executivos e legislativos podem ser aumentados além dos poderes outorgados pelos

‘Se agentes alfandegários, policiais e de segurança forem corruptos, não há dispositivos mais caros de alta tecnologia que possa garantir aos nossos funcionários a segurança que merecem. Se funcionários públicos corruptos providenciarem documentos de identidade falsos, terroristas se movimentarão com maior liberdade pelo mundo, e todas as nossas sociedades estarão ameaçadas.’

- Ron Noble, Secretário Geral da Interpol¹²

cidadãos, e usados para evitar as questões da responsabilidade nas decisões militares do governo ou em outras esferas. No cenário da responsabilidade limitada, as vendas de armas e suporte militar podem ser proporcionados aos países com base em critérios incertos e tomada de decisões pouco transparente. Contratantes militares particulares e operações de segurança em toda a região podem cair em uma lacuna sem controle adequado ou medidas de segurança que guiam as suas atividades.

🌐 *Limitar o acesso à informação.* As percepções de insegurança aumentam, a noção de 'segurança nacional' podem ser incorretamente alegadas pelos governos para evitar que os holofotes sejam apontados para as atividades corruptas ou para evitar opiniões divergentes. Sob o manto da 'segurança', informações podem ser bloqueadas em questões como a outorgação de contratos de defesa. Mesmo em épocas de paz, as questões de estado da 'segurança' sempre foram considerados fora do domínio público. Por exemplo, nem o Fundo Monetário Internacional nem o Banco Mundial exigem que os países comuniquem os seus gastos relacionados à defesa como parte das regras de finanças públicas, apesar de que haja a expectativa de transparência nas despesas governamentais para educação, saúde, o judiciário e uma quantidade de outros setores.¹³

🌐 *Incentivar a impunidade.* Especialmente em épocas de guerra e conflitos, os direitos civis e os processos justos podem ser violados sob o pretexto de prevenção de 'terrorismo' ou alegando a 'segurança nacional': como a sua segurança pessoal já está ameaçada, os cidadãos podem ser desencorajados em expor casos de corrupção. Uma legislação aprovada na Rússia em 2006 considera agora extremismo como aspecto criticado em qualquer funcionário público. Em países como a China, a Jordânia, o Nepal e os EUA, as medidas anti-terrorismo reclassificaram determinados atos de opiniões políticas divergentes como dentro do escopo da lei. A liberdade de expressão sofre mais quando estas proteções são solapadas. A mídia pode ser forçada a revelar fontes ou não publicar histórias. Apesar de 100 países terem leis para proteger jornalistas e suas fontes, os EUA, Canadá, e os Países Baixos e a Irlanda estão claramente faltando na lista.

A corrupção também pode ser a *causa* de insegurança; especialmente se o abuso sistêmico transformar os governos em fonte do problema. Nesses casos a corrupção pode:

🌐 *Exacerbar ameaças de segurança.* Representando menos de um por cento dos fluxos internacionais de comércio, as exportações de armas são estimadas em responder por 50 por cento de todas as transações corruptas do mundo inteiro.¹⁴ Com a corrupção ninguém se responsabiliza por interrupções no fornecimento e o contrabando de armas pode ter sucesso. Somente no comércio de armas de pequeno porte, estima-se que as vendas no mercado negro podem chegar a US\$

'Sigilo é uma forma de corrupção, mesmo que não seja usado para ocultar o enriquecimento ilegal de pessoas no governo... Como podemos ter certeza de que os recursos destinados ao desenvolvimento dos países da região sejam utilizados da melhor forma possível, se os governos se recusarem a mostrar como eles aplicam partes significantes de seus orçamentos nacionais?'

- Oscar Arias, Vencedor do Prêmio Nobel da Paz e Presidente de Costa Rica¹⁵

10 bilhões ao ano.¹⁶ O comércio ilegal e a falta de controle de exportações pode significar que um país encontre as armas enviadas legalmente aos seus parceiros e fornecedores nas mãos de suas maiores ameaças de segurança, como ocorreu na Colômbia, no Panamá, no Iraque, na Somália, no Haiti e no Afeganistão. A pressão a favor de um acordo das Nações Unidas para resolver estas lacunas e outras questões de excessos de armas foram fortes, mas atualmente as ações foram bloqueadas graças à resistência de grandes exportadores como os EUA.

- *Conflitos de combustíveis.* O roubo e a apropriação indevida de fundos estatais por governos corruptos gera descontentamento e conflitos entre os cidadãos, como ficou evidente por movimentos separatistas em países ricos em recursos como a Indonésia e a Nigéria. No passado, este dinheiro era usado diretamente para apoiar insurgentes (Afeganistão e Iraque), agredir cidadãos (Sudão) e exportar conflitos (Liberia). Atores não estatais também fazem parte desta equação, usando recursos advindos de drogas, contrabando e tráfico humano para financiar a violência. Por exemplo, o capítulo nacional da TI na Colômbia analisou os vínculos entre o comércio de drogas, insurgentes armados e a captura do estado.¹⁷
- *Incentivo de captura e abuso pelo estado.* Quando a corrupção dita as regras do jogo, os aumentos das despesas não significam necessariamente políticas de segurança mais eficientes. Mesmo em um contexto de crescentes fluxos de doações a aliados militares, a eficiência e a sustentabilidade das despesas muito provavelmente estarão comprometidas se o governo destinatário for corrupto. Por exemplo, um aumento dos recursos militares a cleptocracias só podem servir para apoiar governos inpopulares e aumentar a insegurança.
- *Destabiliza regiões e o sistema internacional.* Países tão distintos como o Líbano, o Paquistão, o Sudão e o Congo fazem parte de uma rede de nações nas quais a corrupção doméstica solapa a segurança global e ameaça a paz internacional.¹⁸ Esses países vivem desafios passados e futuros para prevenir e resolver conflitos em comparação à construção e a garantia da paz alimentando ao mesmo tempo as inseguranças econômicas, ambientais e sociais.
- *Solapar o desenvolvimento da paz.* Quando as acusações de corrupção comprometem os processos de paz, estes podem agravar a instabilidade ao invés de melhorá-la, assim como aconteceu no Haiti, em Sri Lanka e no Timor Leste.¹⁹ Pesquisas na região sul do Caucaso demonstraram que a construção da paz torna-se muitas vezes difícil quando uma parte constatar que a outra é corrupta.²⁰ A corrupção ainda pode complicar a demobilização, o desarmamento e as iniciativas de reintegração. Antigos senhores de guerra podem fugir com alguns companheiros e com o dinheiro, abandonando os seus guerreiros sem recursos, mas com as armas.

4. Superando os desafios

Percepções, comportamentos e normas são difíceis de mudar, todavia estas mudanças são essenciais para quebrar os vínculos que se formaram entre a corrupção e a insegurança. A reavaliação das políticas de segurança exigirá o trabalho de uma ampla base de atores de todos os ramos do governo e setores da sociedade.

Deverá envolver ao mesmo tempo a redução dos riscos de corrupção e insegurança — uma tarefa nada fácil considerando o panorama de problemas apresentado por ambos os conjuntos de questões. Para realizar esse trabalho, os esforços deverão estar voltados à construção de uma vontade política nos países e nos planos regionais para garantir que haja uma compreensão comum do motivo pelo qual uma agenda integrada de diferentes iniciativas setoriais fortalece as políticas de segurança, combatendo os diferentes riscos criados pela corrupção (veja a caixa).

Algumas formas para operacionalizar estas mudanças podem incluir:

No âmbito militar:

- 🌐 Trabalho em conjunto com as forças armadas para enfatizar, como as operações poderão se tornar mais efetivas e eficientes eliminando a corrupção, incluindo uma comunicação mais aberta de contratações, códigos de conduta exigíveis (anti-propina) e pactos de integridade (entre governos e fornecedores).
- 🌐 A realização de workshops de treinamento para oficiais de segurança e cidadãos sobre o fortalecimento de medidas preventivas anti-corrupção. Um programa conduzido pelo capítulo nacional da TI no Reino Unido (www.defenceagainstcorruption.org) concentrou-se em aumentar isso ao nível regional.

No âmbito político:

- 🌐 Parceria com os legisladores para desenvolver uma estratégia de segurança que alinha as medidas anti-corrupção e verifica como estas complementam as diferentes políticas de setor.
- 🌐 A construção de um diálogo com funcionários do ministério nos canais pelos quais a corrupção compromete as diferentes dimensões de segurança. A experiência do trabalho da TI na Polônia mostra como estes intercâmbios podem proporcionar uma mudança institucional — nesse caso a criação de uma política anticorrupção para o Ministério da Defesa.
- 🌐 A referência de códigos globais e regionais pode auxiliar os governos a desenvolver políticas mais eficientes para alcançar a raiz do problema.

A contextualização da 'segurança' e seu papel na corrupção

O encontro de pontos de entrada para combater riscos de segurança facilitados e causados pela corrupção dependerá dos contextos dos países e culturais.

Em muitos países árabes, os governos são considerados 'estados mínimos' e acima das demandas dos cidadãos no que se refere ao acesso à informação, transparência ou responsabilidade por suas ações. Na Arábia Saudita e outros Estados do Golfo, por exemplo, a falta de responsabilidade criou um terreno fértil para que a corrupção ocorra nas instituições de segurança destes países.

Em outros países, questões de 'segurança' são consideradas meramente uma questão de defesa, sigilosos e fora do alcance de cidadãos e da lei. O Sudão, a Síria e a Líbia, entre outros países, são conhecidos como não-transparentes no que se refere às atitudes administrativas, financeiras e operacionais do estado em relação à segurança.

Corrupção e (In)segurança

Estes incluem as diretrizes do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) para ajudar na prevenção de conflitos violentos, que foram produzidos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD).

- O desenvolvimento de reformas judiciais e reformas na polícia com o objetivo de limitar as oportunidades para as elites políticas e de negócios para cooptar o processo, assim como por grupos vinculados ao contrabando e terrorismo.

No âmbito social:

- O mapeamento de como a corrupção facilita e causa inseguranças, inserindo os atores e os respectivos resultados. Essa avaliação também deverá incluir a consideração do que acontece quando os esforços anti-corrupção são eficientes ou fracassam. Em países pós-conflitos, o bloqueio do fluxo de corrupção como parte das tentativas de desmilitarização podem até mesmo causar maior violência se os benefícios de compensação e incentivos não estiverem alocados aos combatentes que retornam para casa. A quebra de mercados ilegais incentivados pela corrupção também podem levar a uma maior insegurança e violência, se as regras do jogo mudarem.
- Com atividades informativas e recomendações junto ao eleitorado para ilustrar como propinas triviais, a venda de produtos de contrabando e a compra de produtos falsificados são causa de uma segurança fragilizada, da mesma forma que contratos militares questionáveis e exportações não-transparentes de armas.

No âmbito econômico:

- Plano da convenção anti-suborno da OECD e a convenção das Nações Unidas Contra Corrupção (UNCAC) para ajudar os países a formular estruturas de apoio para a prevenção e punição de corrupção (na parceria com parlamentares e a sociedade civil).²¹ O estabelecimento e o uso de uma instiuição anticorrupção independente pode contribuir para um avanço nesse trabalho.
- O trabalho com diferentes industrias (por exemplo, defesa, silvicultura, agricultura) e atores (sociedade pública, privada e civil) para desenvolver soluções contra os impulsos de corrupção e insegurança. A assinatura de pactos setoriais para promover processos limpos de contratações públicas poderiam ser uma área de atuação.

No âmbito ambiental:

- O incentivo de ameaças globais para o clima, energia, alimentos e saúde é o primeiro passo para a desconstrução do relacionamento elacionamento entre o ambiente, segurança e corrupção. Como a

degradação ambiental não tem fronteiras, o escopo das soluções também precisa ser internacional.

- 🌐 A integração de políticas de transparência e participatória em despesas do governo em programas ambientais. Isso permitiria que os atores políticos sejam responsabilizados por qualquer desigualdade entre setores e pelos riscos de segurança mais tradicionais.

Essa perspectiva mais ampla dos riscos para a segurança nacional e internacional permitirá aos governos uma integração melhor de medidas anticorrupção como parte da resposta a esses desafios. Sem essa mudança, as quebras de segurança do passado poderão se tornar as tragédias de amanhã. 🌐

Corrupção e (In)segurança

Bibliografia:

- ¹ Veja: Natalia Mirimanova e Diana Klein (ed.), *Corruption and Conflict in the South Caucasus* (London, UK: International Alert, Janeiro de 2006). www.international-alert.org/caucasus/index.php.
- ² Veja: Paul Collier, 'Africa Left Behind', *Economic Affairs*, Vol. 26 No. 4 (2007); Susan E. Rice, 'The National Security Implications of Global Poverty', Discurso na Universidade de Michigan Law School (Ann Arbor, Michigan, 2006). www.brookings.edu/views/speeches/srice/20060130.pdf.
- ³ Veja também: NATO, *NATO-Russia Glossary of Contemporary Political and Military Terms* (Brussels, Belgium: NATO, 2001). www.nato.int/docu/glossary/eng/index.htm; 'The Global Legal Information Network (GLIN)': www.glin.gov; 'The Scottish Information Commissioner': www.itspublicknowledge.info/Law/FOISA-ELRsGuidance/section31/DefinitionOfKeyTerms31.asp.
- ⁴ Veja: Alyson J.K. Bales, 'Introduction: The world of security and peace research in a 40-year perspective', *SIPRI Yearbook 2006* (Estocolmo, Suécia: SIPRI, 2007). <http://yearbook2006.sipri.org/intro>. 'United Nations University Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS)': www.ehs.unu.edu/file.php?id=40; 'The Commission on Human Security': www.humansecurity-chs.org.
- ⁵ Veja: Nikos Passas, *Corruption in the Procurement Process / Outsourcing Government Functions: Issues, Case Studies and Implications* (Austin, Texas: Institute for Fraud Prevention, Fevereiro de 2007).
- ⁶ Isso refere-se à questão, se os entrevistados consideram as tentativas de seus governos no combate à corrupção: muito eficientes, um tanto eficientes, nem eficientes nem ineficientes, um tanto ineficientes, ou ineficientes. Veja: Transparency International, *Global Corruption Barometer* (Berlim, Alemanha: Transparency International, 2007). www.transparency.org/content/download/27256/410704/file/GCB_2007_report_en_02-12-2007.pdf.
- ⁷ Definições divergentes sobre segurança humana constam em *Human Security Report Project of Simon Frasier University*: www.hsrgroup.org/index.php?option=content&task=view&id=344&Itemid=69. Confira as definições das ONU em: www.un.org/esa/ffd/doha/index.htm e www.gdrc.org/sustdev/husec/Definitions.pdf.
- ⁸ Dados de 2005 constam em: *Eurobarometer, Opinions on organised, cross-border crime and corruption. Special Eurobarometer Survey No. 245 / Wave 64.3* (Bruxelas, Bélgica: União Europeia em março de 2006). http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_245_sum_en.pdf. Dados de 2007 constam em: *Eurobarometer, The EU's relations with its neighbours: A survey of attitudes in the European Union. Special Eurobarometer 285/Wave 67.3* (Bruxelas, Belgium: European Union, Setembro de 2007). http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_285_en.pdf. É importante verificar que os números para 2007 representam 27 países enquanto os dados para 2005 apresentam exemplos de 25 países.
- ⁹ Veja: Petter Stålenheim, Catalina Perdomo e Elisabeth Sköns, 'Chapter 8: Military Expenditure', *SIPRI Yearbook 2007: Armaments, Disarmament and International Security* (Stockholm, Sweden: Oxford University Press and SIPRI, 2007). <http://yearbook2007.sipri.org>.
- ¹⁰ Veja: Peter Grier, Faye Bowers e Owais Tohid, 'Pakistan's Nuclear Hero, World's No.1 Nuclear Suspect', *Christian Science Monitor*. 2 de fevereiro de 2004. www.csmonitor.com/2004/0202/p25s01-wosc.html.
- ¹¹ Veja: Claire Delavallade, 'Corruption and distribution of public spending in developing countries', *Journal of Economics and Finance*, Vol. 30(2): 222-239 (Junho 2006); S. Gupta, L. de Mello, e R. Sharan, 'Corruption and Military Spending', *European Journal of Political Economy*, Vol. 17: 749-777 (2001).
- ¹² Veja: Ronald K. Noble, 'The role of the police in fostering political commitment', 10th *International Anti-Corruption Conference* (Praga, República Checa, 8 de outubro de 2001). www.interpol.int/public/ICPCO/speeches/20011008.asp.
- ¹³ As recomendações atuais sobre despesas públicas e responsabilidade financeira do Banco Mundial (PEFA) sugerem incluir as despesas de defesa na avaliação ou adaptando a ferramenta atual para o uso por países interessados nesse setor.
- ¹⁴ Os valores foram estimados pelo United States Department of Commerce. Veja: Mark Pyman, 'Corruption and the Lack of Transparency in Defence Procurement', *TI-UK Paper presented to the conference 'Arms trade and development. An ecumenical seminar'*. (Bruxelas, Bélgica, 2-3 de novembro de 2005). A super-representação da indústria nos números é confirmada por outras descobertas. O índice de pagamento de suborno elaborado pela Transparency International mostrou que está no segundo setor mais provável para o recebimento de subornos (2002).
- ¹⁵ A citação é de um discurso do presidente Arias ao Banco Interamericano de Desenvolvimento em novembro de 2000. Veja: Paul Constance, 'Secrecy is a form of Corruption', *IDB America* (fevereiro de 2001). www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=1193.
- ¹⁶ A International Action Network on Small Arms (IANSA) estima que o comércio de armas de pequeno porte no mercado negro deve estar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 10 bilhões por ano. Veja: www.iansa.org/media/wmd.htm.
- ¹⁷ Veja: *Transparencia Colombia, Conflicto armado y delincuencia organizada: Escenarios de corrupción. A propósito del caso de Colombia. Cuadernos de Transparencia No. 13* (Bogotá, Colômbia: Transparencia Colombia, 2007). www.transparenciacolombia.org.co/Portals/0/descargas/publicaciones/TRANSPARENCIA%2013.zip.
- ¹⁸ Veja: World Bank, *Engaging with Fragile States* (Washington, DC: World Bank, 2006). www.worldbank.org/ieg/licus/download.html.
- ¹⁹ Veja: Karen Hussman, 'Thought Piece: What is corruption in conflict zones'. Paper presented at conference 'The Nexus: Corruption, Conflict & Peacebuilding Colloquium'. (Boston, Massachusetts, 13 April 2007). <http://fletcher.tufts.edu/corruptionconf/pdf/Hussmann.pdf>.
- ²⁰ Veja: Natalia Mirimanova e Diana Klein (ed.), *Corruption and Conflict in the South Caucasus* (London, UK: International Alert, janeiro de 2006). www.international-alert.org/caucasus/index.php.
- ²¹ The DAC Guidelines explicitly state that corruption is an obstacle to social peace as well as economic development and include in its recommendations the need to ensure transparency, fight corruption and strengthen anti-bribery norms and mechanisms.

© 2008 Transparency International. All rights reserved.

Transparency International (TI) é uma organização da sociedade civil líder no combate mundial à corrupção. Em mais de 90 capítulos no mundo inteiro e uma Secretaria Internacional em Berlim, na Alemanha, a TI aumenta a percepção dos efeitos prejudiciais da corrupção trabalhando com parceiros no governo, na sociedade comercial e civil para desenvolver e implementar medidas eficiente para sua solução. Para maiores informações, visite: www.transparency.org

ISSN 1998-6408

Esse documento de trabalho foi elaborado pelo departamento de política e pesquisa da secretaria da TI. Os seguintes capítulos nacionais ofereceram contribuições essenciais no processo: Colômbia, Líbano, Palestina, o Reino Unido e os Estados Unidos. Como revisores contribuíram Dr. Åse Grødeland (CMI – Noruega) e Dr. Nikos Pasas (Northeastern University – EUA).

Para saber mais sobre as atividades da TI no combate da corrupção visite: www.transparency.org.

Para maiores informações sobre esse documento de trabalho e outras séries entre em contato com Craig Fagan na secretaria da TI: [pres\[at\]transparency.org](mailto:pres[at]transparency.org).

**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**

Telefone

+49-30-343820 -0

Fax

+49-30-347039 -12

Secretaria internaciona

Alt-Moabit 96

10559 Berlin

Germany